

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.806.953 - SP (2019/0092401-4)

RELATOR : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**
RECORRENTE : **MARCIO BONIFACIO**
RECORRENTE : **DOUGLAS DA SILVA MENEZES**
RECORRENTE : **WALDOMIRO RAMOS DOS SANTOS**
RECORRENTE : **GIOVANI LINDO DOS SANTOS**
RECORRENTE : **ANNITA HELOISA MARTIM ALVES**
RECORRENTE : **NEISA DE JESUS RAMOS MARTINS**
RECORRENTE : **MONICA DO CARMO MIRANDA MARTINS**
RECORRENTE : **WASHINGTON RODRIGUES DA SILVA**
RECORRENTE : **ZILMA VALERIO**
RECORRENTE : **MARIA AUXILIADORA MENDONCA**
ADVOGADOS : **FÁBIO ROBERTO PIOZZI - SP167526**
 CASSIA MARTUCCI MELILLO BERTOZO - SP211735
 GUSTAVO MARTIN TEIXEIRA PINTO - SP206949
 GLAUCE MANUELA MOLINA - SP208103
 EDSON RICARDO PONTES - SP179738
 JANAINA REGIS DA FONSECA STEIN - SP298600
 ULIANE RODRIGUES MILANESI DE MAGALHÃES CHAVES
 - SP184512
 JULIANA PADILHA DE CASTRO PERES - SP282623
 ALANA TIEMI SUGANO BERTUOLA - SP342920
RECORRIDO : **FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
PROCURADORE : **MARCELO AUGUSTO FABRI DE CARVALHO - SP142911**
S **VITOR TILIERI - SP242456**

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 2/STJ. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REVISÃO DO VALOR FIXADO. EXAME PROBATÓRIO DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE. SÚM. N. 7/STJ. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por Marcio Bonifacio e outros contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, nesses termos ementado (e-STJ fl. 272/273):

AGRAVO INTERNO. DECISÃO MONOCRÁTICA QUE DEU PROVIMENTO AO RECURSO DE APELAÇÃO. CABIMENTO. A alegação de ausência de jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores não pode ser acolhida. A decisão monocrática encontra-se motivada pela orientação dos julgados do Supremo Tribunal Federal e, também, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em especial, desta 9ª Câmara de Direito Público. Atendimento dos pressupostos para a aplicação do

Superior Tribunal de Justiça

artigo 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil. A opção pelo julgamento monocrático considera a posição consolidada por este Tribunal e, especialmente, por esta 9ª Câmara de Direito Público. O manejo do agravo interno, por si só, enseja o julgamento pelo órgão colegiado e esvazia a alegação de nulidade do ato processual. Importa notar que a superveniente observância do contraditório e da ampla defesa se opera com o agravo interno, que reúne o órgão colegiado para o julgamento da matéria, o que retira o vício insanável.

REPERCUSSÃO GERAL. O reconhecimento de repercussão geral pelo Supremo Tribunal Federal não inibe a apreciação do recurso ordinário, permitindo apenas o cotejo entre recursos de igual natureza, ou seja, recursos extremos ou extraordinários, não alcançando a livre apreciação pelo Tribunal "a quo" do recurso ordinário.

SERVIDOR PÚBLICO. RECÁLCULO DOS VENCIMENTOS PELA CONVERSÃO EM URV (LEI Nº 8.880/94, ART. 22) COM O PAGAMENTO DAS PARCELAS VENCIDAS. Sentença que julgou improcedente o pedido mediato. Impossibilidade. Precedentes do STF e do STJ que têm entendido perfeitamente cabível a apontada conversão em URVs das remunerações dos servidores de todas as esferas da Federação. Questão pacificada nesta Câmara. Condenação ao pagamento das verbas pretéritas, respeitada a prescrição quinquenal. Incidência de correção monetária e juros de mora de acordo com o artigo 1º-F, da Lei 9.494/97, somente após a vigência da Lei 11.960/2009. Termo inicial. Juros de mora. Citação. Relação contratual. Correção monetária. Desde a data em que deveria ter sido feito o pagamento.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. Critério de arbitramento. Equidade. Valor fixado levando em consideração as peculiaridades do caso concreto.

Negado provimento aos recursos.

Nas razões do especial, os recorrentes sustentam, além da divergência jurisprudencial, violação do art. 20, § 3º, do CPC/1973. Alegam, em síntese, que a fixação dos honorários advocatícios em R\$ 1.000,00 é equivocada por não corresponder ao empenho do patrono do início ao fim do processo.

Não foram apresentadas contrarrazões.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo nº 2/STJ:

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

A pretensão não merece acolhida.

A revisão do valor estabelecido à título de honorários advocatícios sucumbenciais não é possível em recurso especial. Afinal, a revisão dos critérios de justiça e equidade utilizados na fixação do *quantum* da verba advocatícia depende de revisão de elementos fático-probatórios.

Logo, com exceção de hipóteses em que o valor afigura-se manifestamente ínfimo ou exorbitante (o que não é o caso dos autos), a majoração ou redução dos

Superior Tribunal de Justiça

honorários advocatícios atrai a incidência da Súm. n. 7/STJ. Nesse sentido, os seguintes precedentes desta Corte Superior:

TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. ILEGITIMIDADE PASSIVA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS AFASTADOS. PRETENSÃO DE REEXAME DE FATOS E PROVAS. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 7 DA SÚMULA DO STJ.

[...]

II - Dessa forma, verifica-se que a irrisignação dos recorrentes acerca da ausência de condenação da Fazenda Nacional em honorários advocatícios, vai de encontro às convicções do julgador a quo, que tiveram como lastro o conjunto probatório constante dos autos. Nesse diapasão, para rever tal posição seria necessário o reexame desses mesmos elementos fático-probatórios, o que é vedado no âmbito estreito do recurso especial. Incide na hipótese a Súmula n. 7/STJ.

III - Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1044280/SC, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/11/2017, DJe 22/11/2017)

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. APLICAÇÃO DE MULTA PELO BACEN. FALSA DECLARAÇÃO EM CONTRATO DE CÂMBIO. RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO, SALVO EM RELAÇÃO A CONTRATO VENCIDO EM 1998. HONORÁRIOS DE ADVOGADO. PRETENSÃO DE MINORAÇÃO. HIPÓTESE EM QUE O BACEN FOI CONDENADO EM HONORÁRIOS DE ADVOGADO, FIXADOS, PELO TRIBUNAL DE ORIGEM, SEM DEIXAR DELINEADAS CONCRETAMENTE, NO ACÓRDÃO RECORRIDO, TODAS AS CIRCUNSTÂNCIAS A QUE SE REFEREM AS ALÍNEAS DO § 3º DO ART. 20 DO CPC/73. INADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL, INTERPOSTO CONTRA ACÓRDÃO PUBLICADO NA VIGÊNCIA DO CPC/2015, EM FACE DA INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 7/STJ E 389/STF. CONTROVÉRSIA QUANTO À OCORRÊNCIA DE SUCUMBÊNCIA MÍNIMA. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

[...]

III. Em relação aos honorários de advogado fixados, nas instâncias ordinárias, sob a égide do CPC/73 - como no presente caso -, não pode o STJ reexaminar o *quantum* arbitrado a esse título, à luz das regras supervenientes, referentes à fixação de honorários, previstas no CPC/2015. Nesse sentido: STJ, AgRg no REsp 1.568.055/RS, Rel. Ministra DIVA MALERBI (Desembargadora Federal Convocada do TRF/3ª Região), SEGUNDA TURMA, DJe de 31/03/2016.

IV. Em situações excepcionalíssimas, o STJ afasta a Súmula 7, para exercer juízo de valor sobre o *quantum* fixado a título de honorários advocatícios, com vistas a decidir se são eles irrisórios ou exorbitantes. Para isso, indispensável, todavia, que tenham sido delineadas concretamente, no acórdão recorrido, as circunstâncias a que se referem as alíneas do § 3º do art. 20 do CPC/73. Com efeito, "o afastamento excepcional do óbice da Súmula 7 do STJ para permitir a revisão dos honorários advocatícios em sede de recurso especial quando o montante fixado se revelar irrisório ou excessivo somente pode ser feito quando o Tribunal a quo expressamente indicar e valorar os critérios delineados nas

Superior Tribunal de Justiça

alíneas 'a', 'b' e 'c' do art. 20, § 3º, do CPC, conforme entendimento sufragado no julgamento do AgRg no AREsp 532.550/RJ. Da análise do acórdão recorrido verifica-se que houve apenas uma menção genérica aos critérios delineados nas alíneas 'a', 'b' e 'c' do art. 20, § 3º, do CPC, não sendo possível extrair do julgado uma manifestação valorativa expressa e específica, em relação ao caso concreto, dos referidos critérios para fins de revisão, em sede de recurso especial, do valor fixado a título de honorários advocatícios. (...) Dessa forma, seja porque o acórdão recorrido não se manifestou sobre o valor da causa na hipótese, seja porque este, por si só, não é elemento hábil a propiciar a qualificação do *quantum* como ínfimo ou abusivo, não há como adentrar ao mérito da irresignação fazendária na hipótese, haja vista ser inafastável o óbice na Súmula 7 do STJ diante da moldura fática apresentada nos autos" (STJ, AgRg no REsp 1.512.353/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 17/09/2015).

[...]

VIII. Agravo interno improvido.

(AgInt no REsp 1643159/PE, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/10/2017, DJe 24/10/2017)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

Ministro **MAURO CAMPBELL MARQUES**
Relator